



REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS DO CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE ATALAIA

Política de privacidade e proteção de dados pessoais

Esta Política de Privacidade surge por imperativo da Lei e do Regulamento da Comissão Nacional de Proteção de Dados, e porque a privacidade e proteção de dados constituem um compromisso fundamental do Centro social Paroquial de Atalaia, adiante identificado como CSPA, sendo assim tomadas todas as medidas necessárias por forma a cumprir o Regulamento da EU 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de Abril de 2016 (RGPD). O referido regulamento aplica-se ao tratamento dos dados pessoais informatizados e não informatizados, sendo garantia que apenas são recolhidos os dados pessoais necessários à prossecução dos fins em causa.

Esta Política de Privacidade e Proteção de Dados aplica-se exclusivamente à recolha e tratamento de dados pessoais efetuados pelo CSPA, não sendo da responsabilidade do mesmo a divulgação de qualquer dado ou imagem que, no âmbito de atividades abertas à comunidade, sejam divulgadas por outros.

1- A entidade

O Centro Social Paroquial de Atalaia é uma IPSS sediada em Rua Fernando Moura Aparício nº 1 2260-049 Atalaia, pessoa coletiva nº 506063941, sendo o responsável pelo tratamento de dados. Por tratamento de dados pessoais entenda-se qualquer tipo de operação que incida sobre dados pessoais utilizando ou não meios automatizados: recolha, registo, organização, conservação, adaptação, alteração, recuperação, consulta, utilização, comunicação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de colocação à disposição, com comparação ou interconexão, bloqueio, apagamento ou destruição.

2- Dados pessoais

“Dados pessoais” consiste em toda informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável (“titular dos dados”). Os dados pessoais recolhidos são apenas os necessários e legalmente exigidos para a finalidade dos serviços (respostas sociais; Liga de



REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS DO CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE ATALAIA

Amigos; recursos humanos, voluntariado, órgãos sociais, fornecedores). Alguns dados pessoais são de fornecimento obrigatório e, em caso de falta ou insuficiência desses dados, o CSPA não poderá disponibilizar o serviço em causa, pelo que se informará os Utentes, Fornecedores, Colaboradores, Parceiros e Utilizadores da natureza obrigatória do fornecimento dos dados. Os dados pessoais são tratados de forma licita, transparente e garantindo a lealdade do tratamento para com as pessoas cujos dados pessoais estão a ser tratados.

3- Consentimento

Por «consentimento» do titular dos dados, entende-se uma manifestação de vontade, livre, específica, informada e explícita, pela qual o titular dos dados aceita, mediante declaração ou ato positivo inequívoco, que os dados pessoais que lhe dizem respeito sejam objeto de recolha e tratamento. Os consentimentos podem ser retirados a qualquer momento, nos termos da legislação, atualmente em vigor, de proteção de dados pessoais.

4- Encarregado da proteção e dados

Nos termos do art 37º do RGPD foi designado um Encarregado de Proteção de Dados- Maria de Fátima Rodrigues- que poderá ser contactado, via e-mail, responsavel.rgpd@cspatalaia.net

5- Quanto tempo são conservados

Sem prejuízo de disposições legais ou regulamentares em contrário, os dados serão conservados pelo período mínimo necessário para as finalidades que motivaram a sua recolha e/ou seu posterior tratamento.



REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS DO CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE ATALAIA

6- Direitos dos titulares dos dados pessoais

- a) Os titulares dos dados têm direito de solicitar o acesso aos dados pessoais que lhe digam respeito, bem como a sua retificação ou o seu apagamento, a limitação do tratamento no que disser respeito ao titular dos dados, a oposição ao tratamento, bem como à portabilidade dos mesmos.
- b) Quando o tratamento de dados se basear no consentimento, o titular dos dados tem o direito de retirar esse consentimento em qualquer altura sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado
- c) O titular dos dados tem ainda o direito de apresentar reclamação a uma autoridade de controlo, ou o direito à ação judicial contra a autoridade de controlo ou o responsável pelo tratamento.

Aprovado pela direção na reunião de 24/04/2019, ata nº 166

O Presidente da direção

Pe Luciano Oliveira



REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS DO CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE ATALAIA

Anexo I

Declaração de Consentimento dos Colaboradores

Eu (Nome completo) _____
portador(a) do Cartão de Cidadão n.º _____, válido até
___/___/_____, colaborador (a) da empresa
_____, NIF _____ e
com os seguintes contactos: telefone: _____ e/ou endereço
eletrónico: _____, para os efeitos previstos no disposto no
art.º 13.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados (EU) 2016/679 do P. E. e do Conselho
de 27 de abril (RGPD), declaro prestar, por este meio, o meu consentimento para o
tratamento dos meus dados pessoais, no âmbito do vínculo contratual que mantenho com
o Centro Social Paroquial de Atalaia, sito em Rua Fernando Moura Aparício nº 1 2260- 049
Atalaia Vila Nova da Barquinha, pessoa coletiva número 506063941.

Tomo conhecimento que após cessação do contrato de trabalho que mantenho com a
entidade patronal os dados serão mantidos apenas de acordo com o legalmente exigido.

Os responsáveis do tratamento de dados pessoais, bem como as pessoas que, no exercício
das suas funções, tenham conhecimento dos dados pessoais tratados, ficam obrigados a
sigilo profissional, mesmo após o termo das suas funções.

O tratamento de dados pessoais, deve processar-se de forma transparente e no estrito
respeito pela reserva da vida privada, bem como pelos direitos, liberdades e garantias
fundamentais.

Tomei ainda conhecimento, de que a falta de consentimento para o tratamento dos meus
dados pessoais, terá como resultado a minha inelegibilidade para a realização do vínculo
laboral, sendo que os mesmos são uma obrigação legal, podendo a recusa dos mesmos ter
consequências legais enquanto colaborador.

Os dados pessoais, cujo tratamento se autoriza pela presente declaração, não poderão
servir para quaisquer fins de comercialização direta ou outros de natureza comercial,
incluindo a definição de perfis ou para quaisquer outras decisões automatizadas e poderão
ser objeto de portabilidade nos termos do art.º 20.º do RGPD.

O Centro Social Paroquial de Atalaia compromete-se a cumprir o disposto na Lei de Proteção
de Dados Pessoais, bem como na demais legislação aplicável, designadamente, a não copiar,
reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por



REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
DO CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE ATALAIA

qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenham tido acesso ou que lhes sejam transmitidos no âmbito do referido contrato, sem que para tal tenha sido expressamente autorizada, comprometendo-se a utilizá-los exclusivamente para as finalidades determinantes da recolha, abstendo-se de qualquer uso fora do contexto, quer em benefício próprio, quer de terceiros.

Mais declaro, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 13.º a 22.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados (EU) 2016/679 do P.E. e do Conselho de 27 de abril, ter tomado conhecimento dos seguintes direitos que me assistem relativamente aos meus dados pessoais constantes na referida Base de Dados:

- a. Retirar o meu consentimento relativamente ao tratamento efetuado dos meus dados pessoais;
- b. Opor-me à continuação do tratamento dos meus dados pessoais;
- c. Solicitar ao responsável pelo tratamento dos meus dados pessoais o acesso aos mesmos, bem como a respetiva retificação ou apagamento;
- d. Apresentar queixa à CNPD (Comissão Nacional De Proteção De Dados), obtendo, para o efeito, junto da Prestadora de Serviços os contactos da mesma;
- e. Ser informado(a) sobre quais os dados pessoais em fase de tratamento e quaisquer informações disponíveis sobre a origem desses dados, por via eletrónica, caso não seja o presente documento.
- f. O direito de consulta, acesso, retificação, atualização ou apagamento e portabilidade dos meus dados pessoais disponibilizados.

_____, ____ de _____ de _____

(Local e data)

(Assinatura igual ao CC)